

Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade PDF

EDUARDO TALAMINI

TERESA ARRUDA ALVIM
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES
ARRUDA ALVIM
ORIENTADOR CIENTÍFICO

PROVAS

ATIPICIDADE, LIBERDADE E
INSTRUMENTALIDADE

PAULO OSTERNACK AMARAL

Implicor
EDUARDO TALAMINI

Contem quadros sinóticos
em todos os capítulos

3ª edição
revisada, atualizada e ampliada

Coleção
Liebman



Bookey
REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Este livro oferece uma análise abrangente dos principais elementos da teoria geral da prova dentro do contexto do processo civil, explorando diversos meios de prova. A obra revisita e esclarece conceitos fundamentais, como o que deve ser comprovado durante o processo e quem é responsável por apresentar as evidências. Além disso, aborda novos meios de prova estabelecidos pelo Código de Processo Civil de 2015, incluindo a prova emprestada, a ata notarial e os documentos eletrônicos. Questões específicas, como a prova atípica e a prova ilícita, recebem destaque, e a obra também se concentra nas convenções processuais relacionadas à prova, delineando quais são os limites permitidos para que as partes possam negociar sobre as comprovações necessárias no processo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento Pessoal

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade

Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade

O livro "PROVAS - ATIPICIDADE, LIBERDADE E INSTRUMENTALIDADE" de Eduardo Talamini é indicado para estudantes e profissionais do Direito, especialmente aqueles que se dedicam ao estudo do processo penal e da teoria da prova. Advogados, magistrados e promotores podem encontrar nele uma análise aprofundada sobre questões contemporâneas relacionadas à atipicidade dos atos processuais e à função das provas no sistema jurídico. Além disso, acadêmicos e pesquisadores da área terão acesso a uma discussão crítica que pode enriquecer suas reflexões e trabalhos na área. Qualquer pessoa interessada em compreender os desafios éticos e práticos da prova dentro do contexto legal contemporâneo também se beneficiaria da leitura.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução à Prova	Apresenta a importância das provas no processo judicial e as distintas formas de abordá-las.
2	Atipicidade das Provas	Discute o conceito de atipicidade nas provas, analisando a admissibilidade e a relevância de diferentes tipos de provas.
3	A Liberdade na Produção de Provas	Explora a liberdade das partes na produção de provas, suas limitações e a função do juiz.
4	Instrumentalidade da Prova	Define a instrumentalidade das provas, enfatizando que a prova deve servir a um propósito concreto no processo.
5	Princípios que Regem a Prova	Discute os princípios fundamentais que orientam a produção e avaliação das provas no âmbito judicial.
6	Teorias da Prova	Analisa as teorias mais relevantes sobre provas, abordando a dinâmica entre índices, fatos e a prova.
7	Provas Ilícitas e suas Consequências	Estuda o conceito e as implicações das provas ilícitas no processo, além da jurisprudência relacionada.



Capítulo	Tema	Resumo
8	Avaliação da Prova pelo Juiz	Examina o papel do juiz na apreciação das provas e os critérios utilizados para sua avaliação.
9	Casos Práticos e Exceções	Fornecer exemplos práticos e excepcionais sobre a utilização das provas no contexto jurídico.
10	Conclusão	Resume as principais ideias discutidas ao longo do livro, ressaltando a importância da liberdade e da atipicidade na prova.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade Lista de capítulos resumidos

1. Introdução aos Temas Fundamentais das Provas no Processo Judicial
2. A Atipicidade das Provas e Suas Implicações Legais
3. Liberdade de Produção de Provas no Âmbito Jurídico
4. Instrumentalidade das Provas: Teoria e Prática
5. A Influência das Novas Tecnologias nas Provas Judiciais
6. Análise Crítica e Conclusões sobre o Adicional à Prova

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução aos Temas Fundamentais das Provas no Processo Judicial

No contexto jurídico, a prova é um elemento essencial que sustenta a estrutura do processo judicial, sendo fundamental para que se chegue à verdade dos fatos. O livro "PROVAS - ATIPICIDADE, LIBERDADE E INSTRUMENTALIDADE", de Eduardo Talamini, aborda as nuances dessa temática, apresentando uma análise crítica sobre a função das provas no sistema jurídico contemporâneo.

A introdução aos temas fundamentais das provas no processo judicial não pode ignorar a importância das provas para a realização da justiça e para a proteção dos direitos das partes envolvidas. A prova é utilizada como um meio de persuasão, que através de diversos instrumentos e técnicas, visa demonstrar a veracidade de uma alegação apresentada no âmbito do litígio. Portanto, a sua correta aplicação e entendimento são primordiais para o funcionamento adequado do Judiciário.

Neste sentido, é crucial compreender os diferentes tipos de provas, suas classificações e a maneira como são apreciadas e valoradas pelo juiz. As provas podem ser documentais, testemunhais, periciais, entre outras, cada uma com características e procedimentos específicos para sua produção e exame. Além disso, o conceito de prova não se limita à sua função meramente instrutória, pois a prova também deve considerar aspectos éticos,



legais e processuais que garantam um equilíbrio entre as partes.

Ademais, o autor enfatiza a atipicidade das provas e suas implicações legais, que desafiam as concepções tradicionais e os modelos clássicos de produção de prova. O reconhecimento de formas não convencionais de prova, como as que podem surgir do uso de tecnologias contemporâneas, sugere uma nova abordagem sobre como a prova pode ser formada e ace validada dentro do processo.

Ao longo do livro, Talamini também discute a liberdade de produção de provas, um princípio que admite que as partes tenham autonomia para produzir provas de acordo com o que considerem necessário para a defesa de seus interesses, sempre respeitando os limites estabelecidos pela lei. Esse enfoque se torna especialmente relevante em um mundo onde a informação e a capacidade de prova estão em constante evolução, colocando em cheque paradigmas anteriores e propondo reflexões sobre a evolução do direito probatório.

Por fim, a introdução aborda a instrumentalidade das provas, enfatizando que o seu valor não reside apenas na coleta de informação, mas no seu objetivo: assegurar a efetividade do processo judicial e a realização da verdade material. A partir dessa perspectiva, Talamini nos convida a refletir sobre a forma como a prova deve ser encarada não como um fim em si, mas



como um meio ao serviço da Justiça, avaliando a importância de equilibrar a busca por verdade e a proteção dos direitos individuais.

Assim, a introdução abre um leque de discussões que será aprofundado ao longo das próximas seções do livro, onde aspectos relevantes como a influência das novas tecnologias, o papel da atipicidade e a instrumentalidade das provas serão minuciosamente analisados, contribuindo para o entendimento crítico e atualizado do tema.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

2. A Atipicidade das Provas e Suas Implicações Legais

A atipicidade das provas é um tema central no discurso sobre a produção de provas no processo judicial contemporâneo. O conceito refere-se, de maneira geral, à possibilidade de utilização de meios probatórios não tradicionais, que não estão tipificados ou regidos por normas específicas, mas que podem ser admitidos no âmbito processual desde que respeitados princípios fundamentais do Direito. Essa abordagem busca oferecer maior flexibilidade à dinâmica processual, permitindo que distintos meios de prova sejam considerados, sempre que contribuam para a elucidação da verdade e a justiça do caso.

Um dos principais aspectos da atipicidade das provas é a sua relação com o princípio da instrumentalidade. Este princípio advoga que as provas devem ser vistas como instrumentos a serviço da verdade, não devendo ser apenas julgadas por sua forma, mas por sua eficácia na produção de dados relevantes para a solução do litígio. Assim, a atipicidade emerge como uma resposta às dificuldades e às limitações que o ordenamento jurídico enfrenta diante da pluriformidade dos fenômenos sociais e da complexidade dos conflitos que chegam à Justiça.

As implicações legais que decorrem da atipicidade das provas são profundas. Em primeiro lugar, a autorização para a utilização de provas não



convencionais pode levar a um aumento significativo da gama de informações disponíveis para o juiz, permitindo decisões mais justas e fundamentadas. No entanto, essa flexibilidade traz à tona preocupações relacionadas à segurança jurídica e à proteção dos direitos individuais, uma vez que a ausência de regras rigorosas pode resultar na aceitação de provas obtidas de maneira ilícita ou abusiva.

A atipicidade também exige uma reflexão crítica sobre a necessidade de salvaguardas processuais que garantam que essa liberdade na produção de provas não seja utilizada de forma desmedida. O respeito aos direitos constitucionais dos litigantes, como o direito à privacidade e à ampla defesa, deve ser incessantemente ponderado em face do poder do juiz em admitir a prova. Portanto, enquanto a atipicidade das provas permite uma maior diversidade no campo da prova judicial, ela necessita de uma regulamentação e de um controle adequados para que não se transfigure em uma ameaça ao Estado democrático de Direito.

Ademais, a atipicidade das provas está íntima e indissociavelmente ligada ao contexto das inovações tecnológicas. Na era digital, surgem novas formas de captar e disponibilizar informações, o que, por sua vez, desafia as tradições processuais. A admissibilidade de provas digitais e eletrônicas exemplifica como a jurisprudência tem se adaptado, frequentemente tomando medidas criativas para integrar esses novos meios à esfera judicial. Portanto, é



fundamental que o legislador e a doutrina dialoguem continuamente sobre os limites e as potencialidades dessas novas formas de prova, garantindo assim a efetividade da justiça e a proteção dos direitos fundamentais.

Em suma, a atipicidade das provas envolve múltiplas dimensões que, se consideradas de maneira integrada e crítica, poderão contribuir significativamente para a evolução do processo judicial. Para tanto, é imperativo que o respeito aos direitos dos indivíduos não seja perdido de vista, e que a flexibilização da relação às provas sirva para fortalecer, em última análise, a busca pela verdade e pela justiça.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Liberdade de Produção de Provas no Âmbito Jurídico

A liberdade de produção de provas no âmbito jurídico é um dos pilares fundamentais que garantem a amplitude do contraditório e a busca pela verdade real no processo judicial. Essa liberdade se manifesta na autonomia das partes em escolher os meios e os modos de demonstrar a veracidade de suas alegações, respeitando, é claro, os limites impostos pela legislação e pelos princípios constitucionais.

O conceito de liberdade de produção de provas está intimamente ligado ao princípio da preservação dos direitos fundamentais, permitindo que tanto o autor quanto o réu tenham espaço para acionar diversos instrumentos de prova disponíveis para respaldar suas teses. Isso implica que, em tese, todas as formas de prova são admissíveis, desde que não violem normativas legais específicas ou os direitos do outro litigante. Ao mesmo tempo, é importante destacar que esse direito não é absoluto. O juiz, como garantidor do processo, possui uma função de tutelar a produção probatória, evitando abusos e assegurando que as provas obtidas respeitem padrões éticos e jurídicos.

Um aspecto relevante da liberdade de produção de provas é a discricionariedade atribuída ao juiz na avaliação da admissibilidade e pertinência das provas produzidas. O magistrado deve agir com prudência,



não apenas considerando a legalidade dos meios utilizados, mas também a relevância das provas para o deslinde do feito, equilibrando assim o direito das partes com o dever do Estado de promover uma Justiça efetiva. Essa posição do juiz, que é ao mesmo tempo facilitador e controlador, reforça a ideia de que, mesmo em um sistema que abraça a ampla liberdade, é necessário um controle eficiente para que a busca pela verdade não se transforme em caminho para a arbitrariedade.

Além disso, a liberdade de produção de provas no processo judicial contemporâneo também reflete as transformações sociais e tecnológicas. Os novos meios de comunicação e os recursos digitais têm adicionado uma nova camada de complexidade à produção de provas, permitindo técnicas inovadoras que enriquecem a forma de coleta e apresentação de evidências. No entanto, essa liberdade vem acompanhada de desafios, como a necessidade de garantir a proteção de dados pessoais e a privacidade dos envolvidos.

A discussão sobre a liberdade de produção de provas deve ainda abordar a interação com o princípio da instrumentalidade das formas, que busca garantir que o foco do processo não seja apenas a forma legal de produção de provas, mas a busca pela verdade substancial. Essa visão instrumentalista possibilita uma abordagem mais flexível e adaptável às diversidades dos casos apresentados, promovendo uma avaliação mais justa e equitativa das



provas submetidas ao juízo.

Em suma, a liberdade de produção de provas no âmbito jurídico surge como um importante mecanismo de proteção do direito de defesa, assegurando que as partes possam apresentar seus argumentos e evidências de forma ampla e eficaz. Contudo, essa liberdade deve ser exercida com responsabilidade e dentro dos limites que o próprio ordenamento jurídico impõe, para que se alcance a verdade e a justiça no contexto do processo.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Instrumentalidade das Provas: Teoria e Prática

A instrumentalidade das provas é um conceito central no âmbito jurídico, especialmente em relação ao uso e admissibilidade das provas dentro do processo judicial. Essa teoria sustenta que as provas não são meros elementos formais, mas sim instrumentos essenciais para a busca da verdade material e a efetivação da justiça. O entendimento dessa instrumentalidade é fundamental para que se possa analisar criticamente como as provas são utilizadas na prática, além de suas implicações práticas e teóricas.

Em primeiro lugar, a instrumentalidade das provas implica que elas devem ser avaliadas não apenas pela sua forma, mas pela sua funcionalidade em relação ao processo. Isso significa que o juiz deve considerar se a prova cumprirá efetivamente o papel de esclarecer os fatos, possibilitar a formação de um convencimento seguro e auxiliar na resolução do conflito. Portanto, a análise das provas deve ir além do rigor técnico e formalista; deve levar em conta sua relevância e utilidade para a verdade dos fatos que estão sendo discutidos no processo.

Na prática, isso se traduz em uma flexibilidade maior na aceitação das provas, levando em consideração a diversidade de formas em que a informação pode ser produzida e apresentada. As provas devem servir para fins específicos, e a sua admissibilidade deve ser considerada de acordo com



o contexto e as circunstâncias do caso concreto. Esse princípio é especialmente pertinente em situações onde a verdade dos fatos apresenta complexidades e nuances, exigindo um olhar mais crítico e abrangente por parte do juiz.

Ademais, a instrumentalidade das provas também se relaciona com a ideia de que o processo judicial deve ser um meio de garantir direitos e proteger valores fundamentais, como o devido processo legal. Nesse sentido, qualquer prova que possa contribuir para esclarecer a verdade e garantir um julgamento justo deve ser considerada, desde que respeitados os limites legais e os direitos das partes. Essa abordagem promove uma visão mais humanizada do processo, no qual as provas tornam-se ferramentas de efetivação da justiça, e não meras formalidades.

Por outro lado, a aplicação prática dos princípios da instrumentalidade das provas apresenta desafios. A busca pela verdade não deve resultar em violações de direitos fundamentais, como a intimidade e a privacidade, ou em desrespeito ao devido processo legal. Assim, balancear a necessidade de instrumentalidade das provas com a proteção aos direitos das partes é uma tarefa complexa que o sistema judiciário deve enfrentar constantemente.

Ainda, deve-se considerar o papel da inovação e das novas tecnologias na prática da instrumentalidade das provas. À medida que surgem novos meios



de produção e armazenamento de provas, como documentos digitais, gravações eletrônicas e análises de dados, a aplicação do princípio da instrumentalidade das provas se torna cada vez mais relevante. O desafio reside em assegurar que essas novas formas de prova sejam integradas ao sistema jurídico, mantendo a sua eficácia enquanto se preservam os direitos das partes envolvidas.

Por fim, é importante enfatizar que a instrumentalidade das provas deve ser vista como um sistema dinâmico e adaptável, que evolui conforme as necessidades do sistema judicial e da sociedade. A teoria e a prática da instrumentalidade das provas requerem uma constante reflexão e crítica, para que as formas de prova se mantenham efectivas e pertinentes dentro do contexto legal contemporâneo. Assim, o estudo da instrumentalidade das provas não apenas reforça a sua importância pragmática, como também instiga um debate contínuo sobre mais justiça e eficácia no processo judicial.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. A Influência das Novas Tecnologias nas Provas Judiciais

A crescente integração das novas tecnologias no cotidiano tem se refletido de maneira significativa no campo do direito, especialmente no que diz respeito à produção e à validação de provas no âmbito judicial. As inovações tecnológicas não só alteraram a forma como as provas são obtidas, mas também impactaram a maneira como são analisadas e interpretadas por juízes e advogados. Uma das principais tecnologias que revolucionaram a produção de provas é a comunicação digital, que inclui e-mails, mensagens instantâneas e redes sociais. Esses novos formatos de comunicação permitem uma coleta de evidências mais rica e detalhada, conferindo maior agilidade e eficiência ao processo investigativo. No entanto, essa facilidade na obtenção de provas digitais também levanta questões sobre a sua autenticidade e integridade, uma vez que a manipulação de informações eletrônicas é uma realidade cada vez mais crescente.

Além disso, o uso de ferramentas de big data e inteligência artificial na análise de dados permite uma investigação mais abrangente e objetiva. Com algoritmos capazes de processar enormes volumes de informações em tempo recorde, as partes envolvidas em um litígio podem contar com uma avaliação mais precisa das provas apresentadas. Contudo, essa nova abordagem traz à tona preocupações éticas e jurídicas, especialmente no que tange ao respeito à privacidade e à proteção de dados pessoais. O argumento



de que a eficiência da tecnologia não pode se sobrepor aos direitos fundamentais dos indivíduos é uma linha de raciocínio que ganha força na prática jurídica contemporânea.

As tecnologias de imagem e vídeo, como câmeras de segurança e drones, também estão se tornando comuns na produção de provas. Elas facilitam a documentação de eventos em tempo real, oferecendo uma forma adicional de validação das alegações feitas pelas partes. A admissibilidade dessas provas – principalmente em relação à sua obtenção ética e legal – é um tema que exige uma atenção contínua por parte dos profissionais do direito. A jurisprudência começa a se adaptar a esses novos paradigmas, mas ainda é necessário que haja uma construção legislativa clara para regulamentar a admissibilidade e a utilização dessas tecnologias no processo judicial.

Em suma, a influência das novas tecnologias nas provas judiciais é um fenômeno multifacetado que apresenta tanto oportunidades quanto desafios. Embora proporcionem avanços significativos em termos de efetividade e dinâmica processual, trazem também a necessidade urgente de um diálogo entre a tecnologia e o direito. É crucial que o sistema judiciário se adapte a essas mudanças para garantir que as provas digitadas e audiovisuais sejam utilizadas de maneira justa e equitativa, preservando a integridade do processo judicial e os direitos das partes envolvidas.



6. Análise Crítica e Conclusões sobre o Adicional à Prova

A discussão sobre o adicional à prova no contexto jurídico fornece uma oportunidade ímpar para refletirmos sobre a evolução e as transformações no modo como concebemos a produção de provas. A inclusão de conceitos como atipicidade e instrumentalidade abre novas fronteiras no entendimento dos mecanismos probatórios e, sobretudo, das garantias fundamentais no processo judicial.

Diante do princípio da atipicidade, vemos uma ruptura com a visão tradicional de que somente os meios de prova previstos de forma taxativa na legislação são válidos. Essa mudança, além de ampliar o leque de possibilidades para as partes envolvidas no processo, traz à tona uma questão crítica: a necessidade de equilibrar essa liberdade com a preservação da integridade jurídica e da proteção dos direitos individuais. O desafio reside em delinear normas que, sem restringir a liberdade de produção de provas, garantam que o resultado da instrução probatória não seja anárquico e respeite os princípios do devido processo legal e da justa defesa.

A liberdade de produção de provas surge como um dos pilares da modernidade no Direito processual, permitindo que os litigantes adotem métodos mais diversificados e adequados às especificidades de cada caso. No entanto, essa liberdade não deve ser confundida com a ausência de



limites. É fundamental que o juiz, como garantidor da legalidade e da equidade processual, exerça um papel ativo na supervisão desse processo. A busca pela verdade real não pode prescindir de critérios de admissibilidade e validade que assegurem a justiça e a proteção contra fraudes e abusos.

Ademais, a instrumentalidade das provas ressalta a função prática que cada elemento probatório deve desempenhar no processo judicial. É imperativo que as provas não sejam vistas apenas como peças isoladas, mas sim como instrumentos que, integrados, favorecem uma compreensão mais completa do litígio. Essa noção instrumental deve orientar não apenas a coleta e a apresentação das provas, mas também a interpretação e a valoração que o juiz fará delas.

A influência das novas tecnologias não pode ser subestimada no debate sobre o adicional à prova. As ferramentas digitais e as inovações tecnológicas revolucionaram a forma como as provas são coletadas, armazenadas e apresentadas. Isso abre inúmeras possibilidades, mas também impõe novos desafios em relação à segurança e à integridade das provas digitais. O avanço tecnológico exige do Direito um esforço contínuo para adaptar suas normas e princípios, garantindo que a evolução não comprometa os direitos fundamentais dos cidadãos.

Em suma, a análise crítica sobre o adicional à prova nos leva a concluir que



a busca por um sistema probatório mais aberto e plural deve ser acompanhada de um robusto arcabouço normativo que proteja os direitos das partes e mantenha a legitimidade do processo. A reflexão sobre atipicidade, liberdade e instrumentalidade das provas se mostra essencial na formulação de um direito processual que se adapte às demandas do século XXI, garantindo que a verdade e a justiça prevaleçam, com a devida proteção às partes envolvidas.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Provas - Atipicidade, Liberdade E Instrumentalidade

1. A prova é um instrumento fundamental para a verdade material, mas sua admissibilidade deve ser analisada sob a ótica da sua atipicidade.
2. A liberdade de produção de provas não pode ser absoluta, devendo sempre respeitar os direitos fundamentais do indivíduo.
3. A busca pela verdade no processo não pode se sobrepor aos direitos humanos, sendo necessário um equilíbrio entre esses valores.
4. O conceito de atipicidade desafia o tradicional entendimento sobre a provabilidade, oferecendo novas perspectivas para o Direito Processual.
5. A instrumentalidade da prova revela-se essencial na prática jurídica, uma vez que visa à efetividade da justiça e à realização dos direitos.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Leia ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar